

Brasil não cumprirá meta fiscal em 2024, dizem economistas

Metas fiscais de 2023 e 2024 serão descumpridas, preveem economistas

Especialistas cobram mais transparência do governo sobre as medidas para equilibrar contas

Fernando Canzian

SAO PAULO Após o estouro da meta prevista para 2023, analistas de consultorias e economistas já não acreditam que o governo de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) conseguirá zerar o déficit primário em 2024. Isso levaria ao segundo ano consecutivo de descumprimento da nova regra fiscal que o próprio Ministério da Fazenda se propôs a cumprir e um crescimento mais acelerado da relação entre a dívida pública e o PIB (Produto Interno Bruto), principal indicador de solvência do país. O novo arcabouço fiscal prevê déficit primário (despesas acima da receita, sem contar juros da dívida) para o governo central (Tesouro Nacional, Previdência e Banco Central) de 0,5% do PIB neste ano e zero em 2024.

A proposta foi aprovada pelos deputados em maio, deixando algumas despesas de fora do limite de gastos. O Senado acrescentou novas exceções. Agora, precisa ser reavaliada pela Câmara. Pela regra, há margem de tolerância de 0,25 ponto percentual, para mais ou menos. Assim, o déficit de 2023 não poderia ultrapassar 0,75% do PIB em 2024, 0,50%. Cada ponto percentual equivale a cerca de R\$ 100 bilhões, o rombo deveria ficar limitado a R\$ 25 bilhões no ano que vem. Em julho, a Secretaria de Orçamento Federal revisou a estimativa de déficit primário de 2023 para R\$ 146,4 bilhões (1,4% do PIB) — equivalente a quase o dobro do limite da meta.

Para 2024, analistas e economistas ouvidos pela Folha projetam déficits entre 0,4% (R\$ 40 bilhões) a 1,6% (R\$ 160 bilhões) — maiores, portanto, do que os R\$ 25 bilhões do limite da meta. Para isso, a maioria prevê que o governo tenha de rever a nova regra fiscal. O governo propõe aumentar as receitas, mas elas dependem dos parlamentares.

Como era evidente, o governo propôs um arranjo exclusivamente dependente do aumento de receitas", diz Sérgio Vale, economista-chefe da MB Associados. "Neste ano, a arrecadação, como esperada, está revertendo os efeitos de alta das commodities de 2022 e começa a dar sinais de desaceleração mais forte", afirma. A relação entre a dívida pública bruta e o PIB encerrou 2023 em 73,5% — uma das maiores entre países emergentes. Se a meta revisada do governo para o déficit primário deste ano (1,4%) for cumprida, a dívida pública saltará para cerca de 79% do PIB em dezembro.

Mesmo que o déficit de 2024 seja reduzido à metade em relação ao deste ano (para 0,7%), o endividamento bruto saltaria para aproximadamente 82% do PIB no ano que vem.

"A despesa está ficando cada vez maior, e a necessidade de mais receitas é gigantesca, com um Congresso refratário a aumentar impostos", diz Silvio Campos, da Tendências Consultoria.

"O atual período de tranquilidade [entre agentes econômicos] pode ter prazo curto. A ficha vai cair no ano que vem, quando o governo tiver que contingenciar [cortar despesas] e não conseguir", afirma.

Armando Castelar, professor do Instituto de Economia da UFRRJ (Universidade Federal do Rio de Janeiro), ressaltou que a queda da arrecadação no primeiro semestre deu-se sobretudo pela diminuição de receitas não administradas pela Receita Federal. Caso, por exemplo, do PIS/Cofins sobre gasolina e diesel (este desonerado até o fim do ano), cujos preços praticados pela Petrobras estão cerca de 20% abaixo da média internacional, segundo a Associação Brasileira dos Importadores de Combustíveis.

Mesmo que o governo consiga boquear parte do aumento da carga tributária que planeja, isso tende a segurar o crescimento da economia, com impactos na arrecadação futura. Para Bráulio Borges, economista sênior da LCA, o governo vem apresentando "uma caminhada na direção oposta da promessa de uma consolidação fiscal" ao anunciar políticas como aumento real para o salário mínimo, reajuste para o funcionalismo e mais contratações, elevação da isenção no IR, incentivos para a venda de carros populares e ao manter defasados preços da gasolina e do diesel.

Por outro lado, há muito ceticismo sobre a potência das medidas de aumento da arrecadação que o governo vem apresentando. Segundo o Relatório de Projeções Fiscais do Tesouro Nacional, até 2024 a receita precisa crescer 2,5% do PIB.

Jose Márcio Camargo, professor da FVC Rio, economista-chefe da Genial Investimentos, não vê o governo conseguindo agarrar o Congresso, boa parte das medidas arcaicas e que pretendem.

A relação de poder entre Executivo e Legislativo mudou. Os parlamentares agora contam com emendas legislativas positivas, o que diminuiu a força do governo para convencer o Congresso. Boa parte do Congresso também foi deita numa plataforma bolsorista, refratária a aumentos de impostos.

Para Camargo, é muito provável que o governo tenha de mudar a regra fiscal se quiser estabilizar a relação dívida-PIB, percepção compartilhada por outros analistas.

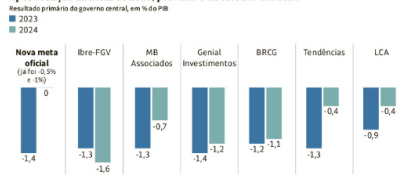
"Como era evidente, o governo propôs um arranjo exclusivamente dependente do aumento de receitas", diz Sérgio Vale, economista-chefe da MB Associados. "Neste ano, a arrecadação, como esperada, está revertendo os efeitos de alta das commodities de 2022 e começa a dar sinais de desaceleração mais forte", afirma. A relação entre a dívida pública bruta e o PIB encerrou 2023 em 73,5% — uma das maiores entre países emergentes. Se a meta revisada do governo para o déficit primário deste ano (1,4%) for cumprida, a dívida pública saltará para cerca de 79% do PIB em dezembro.



Ministro da Fazenda, Fernando Haddad, durante entrevista coletiva. Gabriela Bello - 31. jul. 2023, FolhaPress

Equilíbrio fiscal em risco

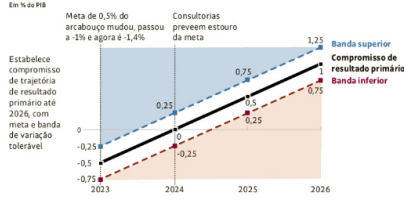
Após redução da meta de 2023, previsão é de estouro em 2024



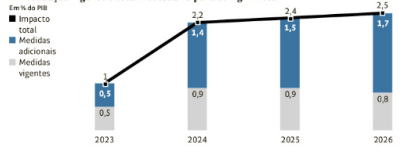
1 ponto corresponde a aproximadamente R\$ 100 bilhões

A tendência tem feito cálculos e pode piorar a projeção

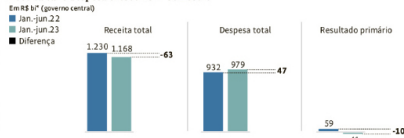
O que prevê a nova regra fiscal



Arrecadação vigente e total necessária para atingir meta



Receita cai e despesa cresce no 1º semestre



Valores a preços constantes de jun. 2023 (ajustados pelo IPCA). Fontes: Ministério da Fazenda, Secretaria do Tesouro Nacional, Ibre-FGV, MB Associados, Genial Investimentos, BRCC, Tendências, LCA e Tesouro Nacional.

Alguns analistas afirmam que a nova âncora fiscal, combinada a propostas que o governo quer implementar para elevar as receitas, oferecem, além de certa calma, algum tempo — mas são céticos sobre o resultado do que vem sendo proposto.

Fernando Haddad [Fazenda] conseguiu uma mudança de direção importante. Lula vinha desde a eleição com uma postura até de raiar contra a responsabilidade fiscal. Agora, pelo menos, está apontando na direção certa. Mas não há qualquer margem de segurança, muito pelo contrário", diz Arminio Fraga, ex-presidente do Banco Central e sócio-fundador da Gávea Investimentos.

"As metas fiscais exigem um cenário praticamente impossível, de crescimento econômico e juro real [acima da inflação] mais baixo, num quadro de fragilidade fiscal. Isso fazendo algo que talvez alguns achem que é o suficiente. Não creio."

Segundo Silvia Matos, coordenadora do Boletim Macro Ibre-FGV, para se ter mais certeza, é preciso esperar a proposta de Orçamento do governo para 2024, a ser apresentada ao Congresso até 31 de agosto. Nessas diretrizes, a Fazenda pode incluir receitas esperadas com propostas em tramitação.

Entre estas, constam a retomada do voto de desempate no Carr (Conselho Administrativo de Recursos Fiscais), a regulamentação de apostas esportivas e a tributação de rendimentos de brasileiros no exterior.

Outras serão enviadas, com mudanças no Juro sobre Capital Próprio (uma forma de remunerar acionistas de empresas pagando menos tributos) e o projeto de lei para tributar fundos exclusivos de investimento, voltados à alta renda.

Aumentos de cobrança no IR, no entanto, devem respeitar a regra da anuidade — precisam passar neste ano para que o governo conte com o dinheiro em 2024. Caso contrário, a arrecadação só vale a partir de 2025.

Por enquanto, só temos certeza de que o arcabouço minimiza um risco de cenário fiscal explosivo, mas ainda estamos longe de solucionar a questão", diz Matos.

"Não apenas na dificuldade em conseguir zerar o déficit, pois também temos a perspectiva de aumento dos gastos. Ou seja, um cenário de manutenção de juros reais neutros em patamares mais elevados. Isso vai limitar a queda maior da taxa de juros, afetando principalmente o investimento."

Para André Roncaglia, professor de economia da Unifesp e colunista da Folha, com o novo arcabouço, o governo propõe "um ajuste duro, muito difícil de cumprir, e procura compartilhar a responsabilidade entre todos" — negociando com o Congresso medidas para aumentar a receita.

"Mas, se a expectativa de um ciclo virtuoso na economia não se concretizar, recuo que no início de 2024 o governo terá de rever as metas. Isso não é nenhum pecado, diferentemente do que fez [Jair] Bolsonaro ao alterar a Constituição para furar o teto de gastos. O importante é que as mudanças sejam feitas de forma transparente, à luz do sol", afirma.

Em artigo recente no "Brazil Journal", intitulado "Me engana que eu gosto: Governo deveria detalhar projeções de receita", os economistas Marcos Mendes e Marcos Lisboa sugerem que o governo passe a publicar em um painel online, para acesso público, todas as medidas que estuda para equilibrar suas contas.

Nek, defendem, deveria detalhar os parâmetros em que se baseiam as estimativas, a metodologia de estimação e, ao longo dos meses, indicação da arrecadação realizada de cada medida.

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Folha de S. Paulo

Seção: Mercado CADERNO: A Pagina: 10